



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º 17

SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE ABRIL DE 2012

LOCAL: Salão Nobre da Câmara Municipal de Tábua

Hora: 14,30

PRESENTES (31 Membros):

Dr. Alfredo Laranjeira Rodrigues de Areia
Fernando de Carvalho Andrade
Dr.ª. Lúcia Paula da Costa Cabral
João Luiz Alves Fiúza
Dr.ª Ana Sofia Abreu Rodrigues
Dr.ª Inês Marques de Sousa Ramos
Rui Brito Pereira
Abílio Rodrigues
Dra. Vanda Patricia Oliveira Mota
Fernando Antunes Marques Macedo
Alfredo Francisco Santos Marques
Armando José de Carvalho Afonso
Carlos Alberto Moreira
Amílcar Anjos Martins
António Santos Pinto
Dr.ª Cláudia Sofia Pereira Antunes
José Manuel Ferreira Oliveira
José Silva Cardoso (Presidente J. F. de Candosa)
António José Santos Esteves (Presidente J. F. da Carapinha)
Fernanda da Costa Cabral (Presidente J. F. de Covas)
Avelino Marques Figueiredo (Presidente J. F. do Covelo)
José Augusto Pereira Dias (Presidente J. F. de Espariz)
João Manuel Oliveira Moura (Presidente J. F. de Meda de Mouros)
José Alberto Pereira (Presidente J. F. de Midões)
Manuel Lourenço Dinis Gamboa (Presidente J. F. de Mouronho)
António Alves dos Santos (Presidente da J. de F. de Pinheiro de Côja)
José Ângelo Pires de Oliveira (Presidente J. F. da Póvoa de Midões)
Albertino Correia da Costa (Presidente J. F. de São João da Boa Vista)
Fernando Manuel de Brito Gameiro (Presidente J. F. de Sinde)
António Manuel Fonseca Oliveira (Presidente J. F. de Tábua)



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Vítor Manuel Moura Marques (Presidente J. F. de Vila Nova de Oliveirinha)

MEMBROS DA ASSEMBLEIA FALTOSOS (5):

Dr. João Carlos Canotilho Lage

Amílcar Castanheira Luis

Nuno Manuel Pinto Fonseca

Dra. Maria do Rosário Costa e Silva Lopes da Fonseca

Isabel Maria Castanheira Dinis Oliveira Lourenço (Presidente J. F. de Candosa)

VEREADORES PRESENTES:

Mário de Almeida Loureiro

Dr.^a Ana Paula dos Santos Faria Neves

Dr. Ricardo Manuel de Oliveira da Silva Cruz

Manuel António de Jesus Borges

VEREADORES AUSENTES:

Dr.^a Carla Sofia Silva Martins

Dr. Jorge Manuel Cova Veigas

Presente, também, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tábua, Eng.º. Francisco Ivo de Lima Portela.

Após a chamada, e uma vez verificada a existência de quórum, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a Sessão.

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1- APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2012;

No início deste ponto, foi posta à discussão a Acta da Sessão Ordinária, de 28 de Fevereiro de 2012, sendo pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. Fernando Andrade, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, propôs a alteração da página sete, linha dezasseis (a contar do fim da página), **onde se lê** "(...) fez referência aos subsídios



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

atribuídos pela Autarquia no 1º trimestre. (...)", **passa a constar**, "(...) fez referência aos subsídios atribuídos pela Autarquia no 1º semestre.(...)".

Dada a palavra à Dra. Ana Rodrigues, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, propôs a alteração da página sete, linha vinte e dois (a contar do início da página), **onde se lê** "(...) algumas inovações relacionadas com o Plano de Ação Social para o ano de 2012(...)", **passa a constar**, "(...) algumas inovações relacionadas com o Plano de Emergência Social para o ano de 2012 (...)".

Não havendo mais intervenções, pelo Senhor Presidente da Assembleia foi posta à votação, pela forma usual de votar, a Acta da Sessão Ordinária de 28 de Fevereiro de 2012 e, da contagem dos votos dos trinta e um membros presentes, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA: ZERO;

ABSTENÇÕES: ZERO;

APROVADA POR UNANIMIDADE, a Acta da Sessão Ordinária realizada em 28 de Fevereiro de 2012.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte.

2- LEITURA E APRECIACÃO DO EXPEDIENTE

Pelo Sr. Presidente da Assembleia, foi apresentado e explicado o expediente da Assembleia, o qual na sua maior parte foi enviado aos líderes de bancada, ficando arquivado e à disposição de todos os Membros para consulta.

Foi apresentada justificação de falta dada à presente Sessão Ordinária pelos Membros Nuno Fonseca, Dr. João Canotilho e Dra. Maria do Rosário Fonseca, as quais foram consideradas justificadas. Foi ainda, comunicado à Assembleia a substituição, na presente sessão, do Presidente de Junta da Freguesia de Vila Nova de Oliveirinha, que por motivos profissionais não pôde estar presente, pela Sra. Fernanda Maria Costa Nunes Pegado, secretária da Junta de Freguesia.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte

3- INTERVENÇÃO DOS EXCELENTÍSSIMOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA

No início deste ponto foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. João Fiúza, Líder do Grupo Municipal do PS, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, invocou o 25 de Abril, em nome do Grupo Municipal que representa, salientando que é uma data que não deve ser esquecida, nem desvalorizada, embora considere



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que “vemos a cada dia conquistas adquiridas serem retiradas a uns em prol de um reforço de garantias e regalias de outros”. Saliu que se deve continuar a lutar pelos direitos de todos os portugueses, contribuindo para o ultrapassar da situação em que o país se encontra. Questionou, também, o executivo sobre quais as iniciativas tomadas para que o Tribunal, Finanças e Conservatórias não sejam encerrados. Realçou, também, as cerimónias alusivas à comemoração do Feriado Municipal, salientando que foi uma justa homenagem aos aposentados camarários. Questionou, ainda, o executivo acerca das notícias que têm vindo a público acerca do Grupo Aquinos, nomeadamente no que concerne a despedimentos, venda de fábricas, etc. A terminar, fez uma breve referência à XXIII Feira do Queijo, do Enchido e do Mel / III Mostra de Gastronomia e Artesanato das Freguesias, salientando a grande envolvência e participação concelhia e a inclusão da transmissão televisiva, em direto, do programa da RTP 1 “A Festa é Nossa”, que possibilitou que o concelho transpusesse fronteiras e fosse reconhecido por milhões de pessoas em todo o mundo, parabenizando a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia pelo empenho no evento.

Dada a palavra ao Sr. Fernando Gameiro, Presidente da Junta de Freguesia de Sinde, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, solicitou que o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Mário Loureiro, elucidasse toda a Assembleia acerca da questão do PDM.

Dada a palavra ao Sr. José Manuel Ferreira Oliveira, membro eleito pela Coligação CDU, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, apresentou uma Saudação ao 25 de Abril, documento entregue **por escrito, a qual foi presente à Mesa, devidamente datada e assinada, que o Sr. Presidente da Assembleia rubricou, passando a fazer parte integrante desta Ata, documento esse que se dá como reproduzido (Documento nº 1)**. Em seguida, apresentou uma moção, documento entregue **por escrito, a qual foi presente à Mesa, devidamente datada e assinada, que o Sr. Presidente da Assembleia rubricou, passando a fazer parte integrante desta Ata, documento esse que se dá como reproduzido (Documento nº 2)**, contra a Extinção das Freguesias. Saliu que no entender do partido que representa, perder uma freguesia é tão negativo como perder três ou quatro. Afirmou, como exemplo, que Vila Nova de Oliveirinha é uma freguesia histórica, com um vasto património, motivos pelos quais extingui-la será um crime. Realçou, também, que a extinção das freguesias contribuirá para a desertificação dos lugares e do próprio concelho, pelo que considera que a Câmara Municipal deverá opor-se a estas medidas. A terminar, fez referência à participação do Município na BTL, realçando que o fez com muita dignidade, estando todos os intervenientes de parabéns.

Dada a palavra ao Sr. Fernando Andrade, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, salientou que a evocação do 25 de Abril é uma obrigação da Assembleia Municipal, uma vez que a sua existência emergiu dessa data. Frisou, ainda, que passados trinta e oito anos da efeméride, não pode deixar de sentir alguma tristeza, face ao período que Portugal atravessa atualmente. Acrescentou, ainda, que a classe política não olha



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pelos interesses do país, apenas pelos interesses dos partidos e pessoais, razão pela qual considera que “não nos podemos vergar, temos de continuar a luta, temos que fazer com que a classe política tenha em atenção os interesses do país, dando importância ao ser e não ao ter”.

Dada a palavra ao Sr. Fernando Andrade, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, abordou o tema relativo à Extinção das Freguesias, questionando se a moção apresentada pela Coligação CDU, se refere a todo o país, salientando que esta questão deve ser analisada a nível nacional, pois há concelhos no país com demasiadas freguesias, dando como exemplo o concelho de Barcelos. Salientou que, no que concerne ao Concelho de Tábua, não considera que as 15 freguesias existentes sejam demasiadas, mas realça que tem que haver racionalidade neste assunto a nível nacional, pois o que está mal deve ser corrigido.

Dada a palavra ao Sr. Manuel Gamboa, Presidente da Junta de Freguesia de Mouronho, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, salientou que concorda com algumas palavras proferidas pelos seus antecessores, nomeadamente pelo Sr. Luis Fiúza, mas que com outras não pode concordar, como por exemplo no que respeita à Feira do Queijo, considerando que havia outras coisas para dizer. Referiu que a instituição da democracia foi para que houvesse clareza, e como habitante de Mouronho, e Presidente da sua Junta de Freguesia, se sente magoado com o que tem sido feito à mesma, referindo que se a culpa é sua, pede desculpa a todos os mouronhenses. Referiu que a Câmara Municipal deve ter uma palavra perante a injustiça, pois a democracia implica que haja respeito por todos.

Dada a palavra ao Sr. José Cardoso, Presidente da Junta de Freguesia de Candosa, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, agradeceu, em nome pessoal, e em nome do Rancho Folclórico de Candosa, a presença da Vereadora Dra. Ana Paula Neves, nas comemorações de mais um aniversário do grupo, salientando que são os grupos folclóricos que levam o nome das freguesias e do concelho de tábua a todo o país e além-fronteiras.

Dada a palavra ao Sr. João Fiúza, Líder do Grupo Municipal do PS, e no uso dela, lembrou que há uma moção para ser votada, declarando que o Grupo Municipal do Partido Socialista concorda com o seu teor. Salientou que, no que respeita às palavras do Sr. Carlos Moreira, também concordam na sua generalidade, mas a lei não pode ser aplicada com uma régua e um esquadro.

De imediato, pelo Senhor Presidente da Assembleia foi posta à votação, pela forma usual de votar, a Moção Contra a Extinção das Freguesias (Documento nº 2), apresentada pela Coligação CDU, e da contagem dos votos dos trinta e um membros presentes, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS A FAVOR: VINTE E QUATRO;

VOTOS CONTRA: ZERO;

ABSTENÇÕES: SETE;



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

APROVADA POR UNANIMIDADE, a Saudação Moção Contra a Extinção das Freguesias.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos membros da Assembleia, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais começou por saudar todos os que participaram nas comemorações do 25 de Abril, salientando a importância que ela assume nos dias de hoje, face às dificuldades que o país atravessa.

Quanto às questões acerca do Tribunal de Tábua, salientou que foram feitas todas as diligências junto da Ministra da tutela, para que o encerramento não se torne uma realidade, salientando que os dados reais são superiores aos apresentados e que a situação tende a ser favorável à Comarca Tabuense. Realçou, ainda a questão da extinção das freguesias, salientando que o documento já vai na quinta versão e que, provavelmente, as decisões vão ter que ser tomadas pelas Assembleias Municipais.

No que concerne aos rumores acerca da situação Grupo Aquinos, salientou que as empresas estão bem e em fase de expansão, referindo que os despedimentos que têm acontecido, se devem a reajustamentos de pessoal. Realçou, também, que é normal no início do ano haver uma quebra de exportações, razão pela qual os funcionários estiveram em casa, acumulando horas a serem integradas no Banco de Horas das empresas, que serão compensadas nos meses de maior fluxo de exportações e vendas. Referiu, ainda, que a Fábrica de Espuma vai arrancar e continua a ser acompanhada pelo AICEP, sendo considerada uma empresa vital para o Estado. Por outro lado, anunciou que a antiga fábrica da CLIMAX irá ser remodelada e transformada numa empresa de produção de tecidos sintéticos, nomeadamente de poliéster, com certificado de garantia de qualidade com características mundiais. Frisou que o Concelho de Tábua tem vindo a aumentar a sua percentagem de exportações, sendo o 4º do Distrito de Coimbra, não só pela produção do Grupo Aquinos, como também a ACORFATO, a FRIOPASTEL, e outras empresas do ramo alimentar, metalomecânico, mobiliário e carroçarias.

Quanto às questões colocadas pelo Sr. Presidente de Junta de Mouronho, referiu que irá reunir-se com ele durante a próxima semana.

Terminou saudando o Sr. Presidente de Junta de Candosa, por mais uma edição do festival de Folclore do Rancho Folclórico de Candosa.

Uma vez que nenhum outro Membro da Assembleia quis usar da palavra passou-se em seguida ao:



II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 - APRECIÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA E), DO N.º 1, DO ART.º. 53º, DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO;

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para apresentar a informação sobre a atividade municipal, possuindo já todos os Membros a informação escrita, documento que se dá como integralmente reproduzido, ficando arquivado na pasta própria, e no uso dela, salientou que na alínea referente à Feira do Queijo de 2012, há uma falha, pois não é dado o devido relevo às freguesias e a todos os seus presidentes de Junta de Freguesia, pelo trabalho e empenho demonstrado na realização deste evento, agradecendo a todos pela sua colaboração.

Dada a palavra ao Sr. José Manuel Ferreira Oliveira, membro eleito pela Coligação CDU, e no uso dela, salientou a importância da homenagem aos reformados.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte.

2 - APRECIÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA E), DO N.º 1, DO ART.º. 53º, DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO;

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para apresentar a informação acerca da situação financeira do Município, possuindo já todos os Membros a informação escrita, documento que se dá como integralmente reproduzido, ficando arquivado na pasta própria, estando ao dispor para esclarecer o necessário.

Não tendo sido solicitadas intervenções neste ponto, passou-se para o ponto seguinte.

3 – APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2011;

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal, os quais já foram distribuídos aos Exmos. Membros da Assembleia para apreciação, e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria.

De imediato foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. Fernando Andrade, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, salientou que para fazer uma análise correta a este ponto, deveriam



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ter acesso à documentação com mais antecedência, pois a análise do documento requer atenção e tempo. Saliu que do ponto de partida do valor global de cerca de 22 milhões de euros, só foram atingidos cerca de 11 milhões, acrescidos do saldo do ano anterior. Referiu que estes números lhe causam preocupação, especialmente face à situação de crise vivida no país e na Europa. Fez, também alusão ao aumento de custos com o pessoal, que vem interferir com a possibilidade de poupança nos cofres da Câmara Municipal. Referiu que compreende, e se associa, ao sofrimento do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mouronho, pois em dois anos seguidos, não recebe qualquer tipo de apoio financeiro. A terminar, realçou que o limite de endividamento não deveria ser ultrapassado, pelo que deveriam ser mais rigorosos nas contas.

Dada a palavra ao Sr. José Manuel Ferreira Oliveira, membro eleito pela Coligação CDU, e no uso dela, salientou que as suas preocupações são semelhantes às do Sr. Fernando Andrade, realçando que, numa época de crise, é essencial pensar no social e não esquecer os trabalhadores.

Dada a palavra ao Sr. João Fiúza, Líder do Grupo Municipal do PS, e no uso dela, salientou que o Grupo Municipal do P.S. congratula a forma como foi apresentado o relatório de gestão e documentos de prestação de contas do ano de 2011, pois consideram que o documento demonstra grande profissionalismo e dedicação, não só do executivo, mas de todos os técnicos e funcionários nele envolvidos. Destacou, ainda, a aposta da autarquia na educação, ação social, cultura, desporto, saneamento e salubridade, e na indústria, dando uma palavra de apreço a todos os presidentes de junta que, sabiamente, têm sabido esperar por melhores dias. Saliu que consideram que o grau orçamental de 62%, foi um bom desempenho.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos membros da Assembleia, e no uso dela, salientou que no período em análise a Câmara Municipal teve um grau de execução de 65%, não contando com as despesas correntes, salientando que todas as câmaras são obrigadas a inscrever determinadas obras previstas, sem saberem quando serão abertas as candidaturas para as mesmas, o que pode provocar desfasamentos e alterações. Saliu que foi concretizado o maior objetivo do executivo, que foi o aumento da área empresarial, mesmo tendo o Governo cortado à autarquia cerca de um milhão e meio de euros.

Pelo Sr. Presidente da Câmara, foi solicitada a intervenção do Vice-Presidente da Câmara, Sr. Mário Loureiro, para prestar esclarecimentos adicionais, o que lhe foi concedido, pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do art.º 23º, nº 3 do Regimento da Assembleia Municipal de Tábua, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, destacou, na página vinte, que a evolução da receita teve algum decréscimo, mas foi recuperada pelas receitas de capital, dinheiro que veio para investimentos. Realçou, também, a evolução da despesa, pois a autarquia conseguiu reduzir despesa corrente. No que concerne à questão do orçamento propriamente dito, esclareceu que o executivo tem que ter forma de cabimentar as despesas, tem que fazer um



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

orçamento prévio para que haja dotação. Quanto à AMPB, esclareceu que não é dívida do município, mas que é importada. Salientou que, a autarquia tem reduzido gradualmente a dívida a fornecedores.

Pelo Sr. Presidente da Câmara, foi solicitada a intervenção da Vereadora da Câmara, Dra. Ana Paula Neves, para prestar esclarecimentos adicionais, o que lhe foi concedido, pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do art.º 23º, nº 3 do Regimento da Assembleia Municipal de Tábua, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, realçou a sua preocupação ao ler na comunicação social que há a possibilidade da creche/jardim-de-infância da Santa Casa da Misericórdia encerrar, referindo que é uma hipótese a lamentar, mas que a autarquia não tem influência nesta situação, uma vez que cada vez mais a taxa de natalidade vai reduzindo, e é da responsabilidade do Ministério da educação a abertura e encerramento dos jardins-de-infância.

Uma vez discutido este ponto, e não tendo sido pedidos mais esclarecimentos, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi esclarecido que o que a Câmara Municipal pretende é a aprovação do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do ano de 2011, mediante a presença do Relatório de Gestão e os Documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Tábua, acompanhados da Minuta n.º 104 da Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 17 de Abril p.p., documentos que se dão por reproduzidos, relativos ao ano económico de 2011. Em cumprimento das instruções emanadas pelo Tribunal de Contas através da Resolução n.º 4/2001 - 2.ª Secção, encontram-se integralmente elaborados os documentos relativos à Prestação de Contas, elencados no Anexo I desta resolução, aprovados pelo Executivo Camarário na referida Reunião, encontrando-se devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta quando para tal for solicitado.

Posta a votação pela forma usual de votar, da contagem dos votos dos trinta e um Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS A FAVOR: VINTE E QUATRO;

VOTOS CONTRA: UM;

ABSTENÇÕES: SEIS;

APROVADO POR MAIORIA dos membros, concordar e aprovar do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do ano de 2011.

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.

Elaborada a Minuta, lida e posta a votação, pela forma usual de votar, foi aprovada por unanimidade e assinada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

Dada a palavra ao Sr. Fernando Andrade, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela apresentou uma declaração de voto escrita, a qual foi presente à Mesa devidamente datada e assinada, que o Sr. Presidente da Assembleia rubricou,



passando a fazer parte integrante desta ata, documento esse que se dá como reproduzido (Documento nº 3), indicando o seu voto contra da aprovação do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do ano de 2011.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte.

4 – 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DO ANO DE 2012/INTRODUÇÃO DO SALDO DA CONTA DE GERÊNCIA DO ANO DE 2011;

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal, os quais já foram distribuídos aos Exmos. Membros da Assembleia para apreciação, e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria.

Não tendo sido pedidos esclarecimentos, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi esclarecido que o que a Câmara Municipal pretende é a aprovação da 1ª Revisão ao Orçamento do ano de 2012/Introdução do Saldo da Conta de Gerência do ano de 2011, mediante a presença da informação n.º 031/SCAP/12, datada de 12 de Abril de 2012, da Secção de Contabilidade, Aprovisionamento e Património, acompanhada da Minuta nº 105 da Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal, de 17 de Abril de 2012, documentos que se dão por reproduzidos, respeitantes à 1.ª Revisão ao Orçamento do ano de 2012 e Introdução do Saldo de Gerência de 2011. A Revisão Orçamental de 2012 resulta do apuramento do saldo de gerência anterior no montante de 117.812,59€. Será utilizada como contrapartida a seguinte rubrica no valor que se descremina:

Reforço:-01-001-2007/5001 – Transportes Escolares (0102/022010) – 117.812,59 €.

Posta a votação pela forma usual de votar, da contagem dos votos dos trinta e um Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS A FAVOR: TRINTA E UM;

VOTOS CONTRA: ZERO;

ABSTENÇÕES: ZERO;

APROVADO POR UNANIMIDADE dos membros, concordar e aprovar com a 1ª Revisão ao Orçamento do ano de 2012/Introdução do Saldo da Conta de Gerência do ano de 2011.

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.

Elaborada a Minuta, lida e posta a votação, pela forma usual de votar, foi aprovada por unanimidade e assinada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte.



5 – INFORMAÇÃO FEF/ARTIGO 25.º, N.º 3, DA LEI N.º 2/2007, DE 15 DE JANEIRO – LEI DAS FINANÇAS LOCAIS;

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal, os quais já foram distribuídos aos Exmos. Membros da Assembleia para apreciação, e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria.

Não tendo sido pedidos esclarecimentos, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi esclarecido que o que a Câmara Municipal pretende é a aprovação da Informação FEF/Artigo 25.º, N.º 3, da Lei N.º 2/2007, de 15 de Janeiro – Lei da Finanças Locais, mediante a presença da informação n.º 030/SCAP/12, datada de 11 de Abril de 2012, da Secção de Contabilidade, Aprovisionamento e Património, acompanhada da Minuta n.º 106 da Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal, de 17 de Abril de 2012, documentos que se dão por reproduzidos, referente à Lei das Finanças Locais, no que concerne a transferências financeiras para os Municípios, de acordo com o artigo 25.º, n.º 3 da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro.

Posta a votação pela forma usual de votar, da contagem dos votos dos trinta e um Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS A FAVOR: TRINTA E UM;

VOTOS CONTRA: ZERO;

ABSTENÇÕES: ZERO;

APROVADO POR UNANIMIDADE dos membros, concordar e aprovar a Informação FEF/Artigo 25.º, N.º 3, da Lei N.º 2/2007, de 15 de Janeiro – Lei da Finanças Locais,

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.

Elaborada a Minuta, lida e posta a votação, pela forma usual de votar, foi aprovada por unanimidade e assinada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte.

6 – DECLARAÇÃO – PARA EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ARTIGO 15º DA LEI N.º 8/2012, 21 DE FEVEREIRO – COMPROMISSOS PLURIANUAIS.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal os quais já foram distribuídos a todos os membros da assembleia para apreciação e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria, perguntando aos Membros da Assembleia se queriam colocar alguma questão sobre este ponto, **informando que se trata apenas de uma informação e que não carece de votação.**



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

De imediato foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra à Dra. Ana Rodrigues, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, questionou acerca do propósito do ponto em análise.

Pelo Sr. Presidente da Câmara, foi solicitada a intervenção do Vice-Presidente da Câmara, Sr. Mário Loureiro, para prestar esclarecimentos adicionais, o que lhe foi concedido, pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do art.º 23º, nº 3 do Regimento da Assembleia Municipal de Tábua, e no uso dela, esclareceu que o ponto em análise é uma obrigação decorrente da Lei dos Compromissos.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte.

7 – DECLARAÇÃO – PARA EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ARTIGO 15º DA LEI N.º 8/2012, 21 DE FEVEREIRO – RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS;

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal os quais já foram distribuídos a todos os membros da assembleia para apreciação e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria, perguntando aos Membros da Assembleia se queriam colocar alguma questão sobre este ponto, **informando que se trata apenas de uma informação e que não carece de votação.**

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte.

8 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISES LABORATORIAIS AO EFLUENTE DEPURADO À SAÍDA DAS ETAR'S DO CONCELHO DE TÁBUA – COMPROMISSOS PLURIANUAIS/AO ABRIGO DO PREVISTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, 21 DE FEVEREIRO;

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal, os quais já foram distribuídos aos Exmos. Membros da Assembleia para apreciação, e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria.

De imediato foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. José Manuel Ferreira Oliveira, membro eleito pela Coligação CDU, e no uso dela, questionou se a empresa em questão é pública ou mista.

Dada a palavra ao Sr. Manuel Gamboa, Presidente da Junta de Freguesia de Mouronho, no uso dela, questionou se as ETAR'S de Mouronho estão abrangidas pelas análises laboratoriais

Pelo Sr. Presidente da Assembleia, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos membros da Assembleia, e no uso dela, esclareceu que a



CESAB presta serviços a privados e não é nenhuma empresa pública. Realçou que as ETAR's de Mouronho estão abrangidas por estes serviços.

Não tendo sido pedidos esclarecimentos, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi esclarecido que o que a Câmara Municipal pretende é a aprovação da Aquisição de Serviços de análises laboratoriais ao efluente depurado à saída das Etar's do Concelho de Tábua – Compromissos Plurianuais/Ao abrigo do previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, 21 de Fevereiro, e para os feitos previstos no n.º 1, alínea C), do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, que Aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, foi presente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal o processo referente à aquisição de serviços de análises laboratoriais ao efluente depurado à saída das Etar's do Concelho de Tábua, acompanhado da Minuta nº 110 da Ata da Reunião Ordinária de 17 de Abril p.p., documentos que se dão por reproduzidos.

Posta a votação pela forma usual de votar, da contagem dos votos dos trinta e um Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS A FAVOR: TRINTA E UM;

VOTOS CONTRA: ZERO;

ABSTENÇÕES: ZERO;

APROVADO POR UNANIMIDADE dos membros, concordar e aprovar da Aquisição de Serviços de análises laboratoriais ao efluente depurado à saída das Etar's do Concelho de Tábua – Compromissos Plurianuais/Ao abrigo do previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, 21 de Fevereiro.

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.

Elaborada a Minuta, lida e posta a votação, pela forma usual de votar, foi aprovada por unanimidade e assinada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte.

9 – AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal, os quais já foram distribuídos aos Exmos. Membros da Assembleia para apreciação, e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria.

Pelo Sr. Presidente da Câmara, foi solicitada a intervenção do Vice-Presidente da Câmara, Sr. Mário Loureiro, para prestar esclarecimentos adicionais, o que lhe foi concedido, pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do art.º. 23º, nº 3 do Regimento da Assembleia



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal de Tábua, e no uso dela, esclareceu que nos termos da lei dos compromissos, estão sujeitos à autorização da assembleia municipal todos os compromissos assumidos pela autarquia, o que implica que cada vez que se tenha que tomar decisões, tenham que ser marcadas Assembleias Extraordinárias. Esta autorização vem agilizar os processos, realçando que tudo o que for assumido será dado o devido conhecimento à Assembleia Municipal.

De imediato foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. José Manuel Ferreira Oliveira, membro eleito pela Coligação CDU, e no uso dela, salientou que se irá abster, embora seja do seu agrado que, de qualquer das formas, a Assembleia Municipal seja devidamente informada e esclarecida de todos os compromissos assumidos pela autarquia.

Não tendo sido pedidos esclarecimentos, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi esclarecido que o que a Câmara Municipal pretende é a aprovação da Autorização Genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal, mediante a presença de uma informação do senhor Presidente da Câmara, datada de 21 de Março de 2012, sobre o plasmado no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, acompanhado da Minuta nº 83 da Ata da Reunião Ordinária de 23 de Março p.p., documentos que se dão por reproduzidos.

Posta a votação pela forma usual de votar, da contagem dos votos dos trinta e um Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS A FAVOR: TRINTA E UM;

VOTOS CONTRA: ZERO;

ABSTENÇÕES: ZERO;

APROVADO POR UNANIMIDADE dos membros, concordar e aprovar Autorização Genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal.

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.

Elaborada a Minuta, lida e posta a votação, pela forma usual de votar, foi aprovada por unanimidade e assinada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte.

10 – ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS DA REGIÃO DO PLANALTO BEIRÃO / REUNIÃO DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL – CONHECIMENTO;

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal os quais já foram distribuídos a todos os membros da assembleia para apreciação e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria, perguntando aos Membros da Assembleia se queriam colocar



alguma questão sobre este ponto, **informando que se trata apenas de uma informação e que não carece de votação.**

Não havendo intervenções, e uma vez encerrado o período da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Assembleia, passou então para o último ponto da Ordem de Trabalhos.

III – AUDIÇÃO DO PÚBLICO

Não houve qualquer intervenção.

Após o encerramento da Sessão, foi solicitada a palavra pelo Sr. João Fiúza, Líder do Grupo Municipal do PS, a qual lhe foi concedida pelo Presidente da Assembleia Municipal, e no uso dela declarou que, face ao anúncio da passagem de testemunho do Eng.º Ivo Portela, e na eventualidade de esta ser a última Assembleia Municipal a que assiste, queria agradecer, em nome pessoal, em nome do Grupo Municipal do P.S. e em nome de todos aqueles que ao longo das sucessivas eleições o elegeram, todo o saber, persistência, e até alguma paciência, com que nos tirou do marasmo em que vivíamos e melhorou em muito as condições de vida dos tabuenses, aproveitando sempre as melhores oportunidades que surgiram ao longo destes anos. Desejou-lhe muita saúde e as maiores felicidades para a vida futura, "(...) não é um adeus, será um até breve, pois vamos certamente continuar a conviver neste concelho que é de todos nós. Muito obrigado Sr. Eng.º Francisco Ivo de Lima Portela".

Pelo Sr. Presidente da Assembleia, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para comentar a intervenção do Sr. João Fiúza, e no uso dela, agradeceu as suas palavras, dizendo que, efetivamente, esta era a sua última participação na Assembleia Municipal, no seguimento do que já tinha anunciado. Disse sair com sentimento do dever cumprido, sendo hoje Tábua um concelho completamente diferente daquele que era quando iniciou as suas funções como Presidente da câmara. Salientou que todo este trabalho foi feito num esforço coletivo, que permitiu tirar tábua do isolamento em que se encontrava. As novas vias de comunicação externas e internas, o desenvolvimento empresarial, com a localização de importantes empresas, o fomento do desporto, cultura e educação, e o desenvolvimento social. Agradeceu o apoio dos Tabuenses, dos elementos da Câmara Municipal e membros da Assembleia Municipal, dos Presidentes de Juntas de freguesia e de todos os trabalhadores da Câmara Municipal.

Nada mais havendo a tratar, pelo Senhor Presidente da Mesa, foi dada por encerrada a presente Sessão e para constar se lavrou a presente acta, que foi redigida pela Técnica Superior Sofia Isabel Macedo Andrade Napoleão, e que eu, Lúcia Paula da Costa Cabral, Primeiro



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Secretário, reví e assino com o Senhor Presidente da Mesa, Dr. Alfredo Laranjeira Rodrigues de Areia, depois de aprovada.

O Presidente da Mesa:

(Dr. Alfredo Laranjeira Rodrigues de Areia)

O Primeiro Secretário:

(Dra. Lúcia Paula da Costa Cabral)

O Núcleo de Apoio:

(Sofia Isabel Macedo Andrade Napoleão)